

HABEAS CORPUS Nº 549.015 - SC (2019/0358618-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA
ADVOGADO : HENRIQUE FALCHETTI DA SILVA - SC033194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GUILHERME DOS SANTOS CORREA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME DOS SANTOS CORREA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - HC n. 5006294-76.2019.8.24.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do artigo 157, § 2º, incisos I, do Código Penal, oportunidade em que foi decretada a sua prisão preventiva.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a custódia cautelar imposta, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada, previstas no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que teria ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Aponta a ausência de contemporaneidade entre o fato criminoso e a decretação da cautelar, já que o fato "*ocorreu em 28/09/2010. Isto é, não há notícias de que o paciente tenha se envolvido em outros crimes durante a instrução criminal dos autos em que houvera a decretação da prisão preventiva*" (e-STJ fl. 9)

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva e, no mérito, que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 356-357):

[...]

Na sentença, a Autoridade Impetrada negou ao Paciente o direito de recorrer em liberdade (em razão da gravidade concreta dos fatos apurados na ação penal, do currículo do Acusado e do risco de frustrar a aplicação da lei penal, e razão da imposição de nova e consideravelmente rigorosa reprimenda).

Não há ilegalidade neste modo de proceder. O currículo do agente pode, efetivamente, ser utilizado como critério para aferir o risco de reiteração delitiva, e o Paciente já foi definitivamente condenado pela prática do delito de furto (autos 00129692720108240075; fl. 230 da ação penal na origem).

Nesse cenário, o risco de reiteração delitiva é bastante evidente, porque o Paciente já demonstrou que, em liberdade, não hesita em delinquir. A segregação, pois, não se mostra desarrazoada.

[...]

É bem verdade que o Paciente Guilherme dos Santos Correa esteve em liberdade durante o trâmite da ação penal. Mas quando se trata de prisão preventiva como meio de reprimir a reiteração delitiva, e o fato em análise é o último de uma cadeia de acontecimentos que fundamenta a conclusão (como no caso: a ação penal é referente a um roubo cometido em 2012, e em 2010 o Paciente já havia cometido um furto pelo qual foi definitivamente condenado em 2015), tem-se que a passagem do tempo é irrelevante (pois a prática de sucessivas infrações penais representam, de modo bastante inequívoco, a propensão de determinado agente a cometer delitos).

Não há, portanto, ilegalidade na custódia.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, "conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente possuir maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 118.655/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a

Superior Tribunal de Justiça

demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator